

Concluída coleta de dados para projeção do balanço

20 OUT 1984

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os economistas dos bancos credores do Brasil encerraram ontem a coleta de dados no Banco Central para a montagem de diversas projeções do balanço de pagamentos do País até 1990, mas o governo brasileiro só conhecerá a estimativa dos banqueiros no próximo dia 5, em Nova York, quando se sentar à mesa para o início da nova fase de renegociação da dívida. O subcomitê de economia do comitê renegociador deixou claro que o Brasil não deve esperar avanços significativos na próxima etapa de renegociação (que não envolverá recursos novos e tampouco capitalização de juros).

Segundo fonte do Banco Central, os economistas Douglas Smee, do Banco de Montreal; Thomas Trebat, do Bankers Trust; James Nash, do Morgan Guarantee Trust; e Hans Grimm, da União de Bancos Suíços, traçarão balanços de pagamentos simulados com base nas diversas hipóteses de crescimento da economia mundial e da evolução dos juros internacionais (fixando a variação do déficit na conta de serviços) até 1990. Essas projeções de médio e longo prazos permitirão ao Brasil tentar pelo menos, jogar para o final do século as dívidas a vencer nos próximos três a cinco anos.

Da dívida de US\$ 87,83 bilhões existente no final do primeiro semestre deste ano, US\$ 8 bilhões correspondiam à dívida de curto prazo não registrada e dois terços (US\$ 57,42 bilhões) vencerão até dezembro de 1989: US\$ 9,72 bilhões, em 1985; US\$ 12,77 bilhões, em 1986; US\$ 12,99 bilhões, em 1987; US\$ 12,2 bilhões, em 1988; e US\$ 9,73 bilhões no ano seguinte.

Como o Brasil não incluirá dinheiro novo na próxima etapa de renegociação, fica livre de acréscimos na parcela da dívida a amortizar nos próximos anos. Por isso, apesar da falta de novos jumbos, se o Brasil obtiver, como o México, a postergação — para o final da década de 90 — da amortização da dívida a vencer nos próximos cinco anos, o País terá condições de promover o completo ajuste de sua economia, segundo a

mesma fonte do Banco Central. O superávit comercial de US\$ 12 bilhões deste ano e a expectativa de que o crescimento da receita com a aplicação das reservas cambiais acumuladas chegará a US\$ 11 bilhões, com redução dos juros líquidos da dívida externa para menos de US\$ 10,75 bilhões, permitirão ao Brasil ter déficit em conta corrente em torno de US\$ 1,5 bilhão. Para 1985, a alta das taxas internacionais a partir de maio último elevará o déficit na conta de serviços, com impacto no aumento do saldo negativo nas transações correntes para a casa dos US\$ 4 bilhões. Na projeção do governo brasileiro, o superávit comercial recuará para US\$ 10,5 bilhões e os juros brutos exigirão mais US\$ 1,5 bilhão, caso persistam as taxas internacionais de 12,5% ao ano, contra a média de 10,5% da Libor no primeiro semestre deste ano.

Com recursos de organismos oficiais e dinheiro novo dos bancos privados no esquema de co-financiamento do Banco Mundial, o Brasil espera cobrir o déficit em conta corrente de cerca de US\$ 4 bilhões em 1985. Depois, o Brasil conta com superávits comerciais e reservas crescentes para reduzir a zero o déficit em conta corrente em 1987 ou 1988 e passar a ter corte no saldo da dívida externa.

Embora o governo brasileiro procure mostrar projeções favoráveis, a fase 3 de renegociação da dívida ainda terá os banqueiros dando as cartas. O Brasil chegou a sonhar com a capitalização dos juros, até com o apoio do Banco Mundial, e o presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colin, anunciou a aceitação da proposta pelos banqueiros europeus e regionais norte-americanos. Mas os grandes credores dos Estados Unidos rejeitaram e também forçaram o País a trabalhar com a realidade da falta de dinheiro novo para os próximos anos. Então, o Brasil volta a barganhar as velhas alternativas de redução de alguns décimos de 1% no spread — taxa de risco — e dilatação dos prazos de amortização e de crença, sem conseguir sensibilizar os governos dos países credores, nem conseguir levar a renegociação da dívida para o campo político.